



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Direito Civil VI (Posse e Propriedade)						
Unidade Ofertante:	FADIR						
Código:	FADIR31601	Período/Série:	6º período		Turma:	A e J	
Carga Horária:				Natureza:			
Teórica:	60	Prática:		Total:	60	Obrigatória():	Optativa()
Professor(A):	Claudio Ferreira Pazini				Ano/Semestre:	2026/2	
Observações:							

2. EMENTA

1- Introdução ao Direito das Coisas 2- Posse 3- Direitos reais: disposições gerais 4- Propriedade

3. JUSTIFICATIVA

A compreensão do Direito das Coisas - objeto da disciplina de Direito Civil VI - é necessária tendo em vista que esse segmento do Direito Civil regulamenta os poderes de pessoas sobre bens. O Direito das Coisas interfere sobremaneira na aquisição e acúmulo de riquezas pelos sujeitos de direito. Especialmente, numa sociedade em que o acúmulo patrimonial contribui para o atingimento da felicidade, torna-se imprescindível o estudo das normas que regulam o direito de propriedade, sem perder de vista sua função social, bem como a posse. O objeto de estudo da disciplina integra o eixo de Direito Civil do Projeto Pedagógico do curso.

4. OBJETIVO

Objetivo Geral:
Análise da legislação, doutrina e jurisprudência sobre posse e propriedade, com atenção voltada para o norteammento constitucional dessa regulamentação.
Objetivos Específicos:
1- Analisar o conceito de posse, suas várias classificações juridicamente relevantes, sua aquisição, efeitos, perda e sua função social; 2- Analisar o conceito de propriedade, suas características, as limitações dos poderes do proprietário, os modos de aquisição e perda desse direito, os direitos de vizinhança, bem como as normas que regulamentam a propriedade comum (condomínio).

5. PROGRAMA

1. Introdução ao Direito das Coisas

1.1. Definição e delimitação do objeto do Direito das Coisas

1.2. Diferenciação entre direitos pessoais e direitos reais

1.3. Evolução histórica do Direito das Coisas

2. Posse

2.1. Conceito de posse: teorias definidoras da posse

2.2. Posse ficta

2.3. Detenção

2.4. Classificações da posse

2.4.1. Posse direta e posse indireta

2.4.2. Posse justa e posse injusta

2.4.3. Posse de boa-fé e posse de má-fé

2.4.4. Posse nova e posse velha

2.4.5. *Jus possidendi* e *Jus possessionis*

2.5. Composse

2.6. Aquisição da posse

2.7. Efeitos da posse

2.7.1. Defesa da posse

2.7.1.1. Ações possessórias

2.7.1.2. Defesa direta

2.7.2. Percepção dos frutos que a coisa produz

2.7.3. Responsabilidade pelos danos causados na coisa

2.7.4. Direito à indenização pelas benfeitorias feitas na coisa

2.7.5. Presunção de propriedade

2.8. Perda da posse

2.9. Função social da posse

3. Direitos reais: disposições gerais (Código Civil, arts. 1.225 a 1.227)

4. Propriedade

4.1. Conceito de propriedade

4.2. Características do direito de propriedade

4.3. Poderes do proprietário e suas limitações e a função social da propriedade

4.4. Descoberta

4.5. Aquisição da propriedade

4.6. Perda da propriedade

4.7. Direitos de Vizinhança

4.8. Condomínio geral

4.9. Condomínio edilício

4.10. Condomínio em multipropriedade

4.11. Propriedade resolúvel

4.12. Direito real de laje

6. **METODOLOGIA**

As aulas serão expositivas e presenciais. Será feita análise de legislação, doutrina e jurisprudência acerca da posse e da propriedade. Sempre será viabilizado o debate sobre qualquer tema abordado, desde que relevante para o desenvolvimento do aprendizado ou da ciência jurídica. O conteúdo referente à função social da posse e da propriedade será abordado por meio de leitura de bibliografia indicada pelo professor.

7. AVALIAÇÃO

As avaliações, que serão realizadas nos dias 06/10/2026, 10/11/2026 e 08/12/2026, serão individuais, escritas (exceto a prova de recuperação) e presenciais, podendo constar de questões dissertativas ou objetivas, práticas ou teóricas, com ou sem consulta. As duas primeiras avaliações valerão 35 pontos e a terceira valerá 30 pontos.

A avaliação de recuperação será individual, escrita e presencial, sobre todo o conteúdo da disciplina, valendo 100 pontos. O aluno que obtiver, na prova de recuperação, nota igual ou superior a 60 pontos, será aprovado, necessariamente, com 60 pontos. A avaliação de recuperação será realizada no dia 18/12/2026, das 18h às 19h40, no bloco 3D do Campus Santa Mônica.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v 5, preferencialmente, edição mais recente.

PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil comentado**: doutrina e jurisprudência. Barueri: Manole, preferencialmente, edição mais recente.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Forense, preferencialmente, edição mais recente.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. São Paulo: Atlas. v 5. preferencialmente, edição mais recente.

Complementar

GUERRA, Alexandre e BENACCHIO, Marcelo (org.). **Direito imobiliário brasileiro**: novas fronteiras na legalidade constitucional. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

MATIELLO, Fabrício Zamproga. **Código civil comentado**: Lei 10.406, de 10.01.2002. São Paulo: LTr, preferencialmente, edição mais recente.

MELO, Marco Aurélio Bezerra de. **Direito civil**: Coisas. Rio de Janeiro: Forense, preferencialmente, edição mais recente.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Direito das coisas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, preferencialmente, edição mais recente.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense. v. 4. preferencialmente, edição mais recente

TEPEDINO, Gustavo; MORAES, Maria Celina Bodin de; BARBOZA, Heloísa Helena. **Código Civil interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, v.3. Preferencialmente, edição mais recente.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Claúdio Ferreira Pazini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/09/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7690870** e o código CRC **690675E3**.

Referência: Processo nº 23117.058749/2026-81

SEI nº 7690870